CCI Informa

2022

Ano III – Edição 10 – outubro 2022

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o Ementário de Gestão Pública – EGP.

Normativos

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

RECESSO FINAL DE ANO

Portaria SGP/SEDGG/ME nº 8.676, de 30 de setembro de 2022.
Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.

ATIVIDADE CORRECIONAL

Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.
Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

PÓS-GRADUAÇÃO

Portaria CAPES nº 209, de 18 de outubro de 2022.
Estabelece o calendário da CAPES para as atividades de mudança aplicáveis aos programas de pós-graduação stricto sensu regulares e em funcionamento.

CONCESSÃO DE LICENÇAS

Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 75, de 13 de outubro de 2022.
Altera a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 34, de 24 de março de 2021 que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Julgados, pareceres e súmulas

CAPACIDADE TÉCNICA e EXPERIÊNCIA PRÉVIA

ACÓRDÃO Nº 2081/2022 – TCU – Plenário.
1.7.2. Recomendar (...) que avalie a pertinência de exigir dos licitantes apenas a experiência prévia em obras similares, sem especificações excessivas sobre uma única metodologia executiva, com vistas à ampliação da competitividade dos futuros certames em respeito ao art. 3o da Lei 8.666/1993; [...]

PESQUISA DE PREÇOS

ACÓRDÃO Nº 2106/2022 – TCU – Plenário.
9.3. dar ciência (...) de que foi deficiente o procedimento para definição do valor aceitável (...),

uma vez que priorizou cotações de potenciais fornecedores em detrimento da consulta ao Painel de Preços do Governo Federal e a contratações públicas similares, e considerou como parâmetro o preço de equipamentos de maior porte do que os que se pretendia adquirir;
9.4. dar ciência (...) de que foi deficiente o procedimento para definição do valor aceitável (...), uma vez que adotou uma única licitação como parâmetro de contratações similares, além de combiná-la com cotações de potenciais fornecedores com preços bastante acima da média obtida em pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal; [...]

Informativos, atos e publicações científicas

MELHORIA DE PROCESSOS

Análise e proposta de melhoria dos processos do setor de recursos humanos de uma autarquia federal.
"Esta pesquisa tem como objetivo analisar um modelo de gerenciamento de processos com a finalidade de melhoria na eficiência organizacional em um Setor de Recursos Humanos de uma Autarquia Federal, com proposta de uma alternativa otimizada para esta atividade."

INOVAÇÃO e TERCEIRIZAÇÃO

Inovação do processo de gestão de contratos de terceirização em uma universidade federal.
"Este trabalho é um estudo de caso que visa analisar a gestão de contratos de serviços terceirizados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a ótica da inovação."